

afinz

Mensagem da Administração: Apresentamos as demonstrações financeiras da Afinz Instituição de Pagamento, acompanhadas das suas respectivas notas explicativas, referentes ao exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2023. O conteúdo foi elaborado com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

1. Conjuntura Econômica: O ano de 2023 foi marcado por uma combinação de desafios e oportunidades, especialmente relacionados à mudança de governo e à deterioração da renda das pessoas. Vamos analisar os principais pontos: **Envolvimento Familiar:** No início do ano, o envolvimento das famílias atingiu um recorde histórico, chegando a 78%. Isso refletiu o sucesso da financeira enfrentada por muitos lares. As discussões em torno do potencial fiscal continuam sendo um tema importante, mantendo todos atentos às medidas governamentais. **Mercado Doméstico e Expectativas:** Apesar da volatilidade inicial, o mercado doméstico encerrou o ano com melhores expectativas. A atividade econômica mostrou sinais de resiliência, impulsionada por fatores como a queda de commodities e um câmbio mais estável. O quadro inflacionário também apresentou melhorias, e as agências de rating mantiveram uma perspectiva positiva para o Brasil. Um marco importante foi a redução da inadimplência registrada em julho, com 450 mil cassas a menos em comparação com o mês anterior. **Desempenho do PIB:** No primeiro trimestre de 2023, o PIB superou as expectativas, registrando um crescimento de 1,9%. Esse valor ficou 58% acima das expectativas (que eram

Balanco Patrimonial		- Em milhares de Reais			
ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022		
Circulante		816.521	522.544		
Disponibilidades	4	9.016	8.057		
Instrumentos Financeiros		631.530	447.181		
Títulos e valores mobiliários	5	36	112		
Relações Interfinanceiras	6	102.853	41.874		
Outros ativos financeiros	7	528.841	405.195		
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(7.113)	(15.206)		
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	7	(7.113)	(15.206)		
Outros Ativos	8	168.589	72.587		
Outros Valores e Bens	9	14.488	9.925		
Despesas antecipadas		14.488	9.925		
Não Circulante		242.189	192.554		
Instrumentos Financeiros		11.771	316		
Títulos e valores mobiliários	5	11.118	-		
Outros ativos financeiros	7	653	316		
Créditos Tributários	23.3	2.935	8.185		
Outros Valores e Bens	9	48.993	48.541		
Despesas antecipadas		48.992	48.541		
Permanente		178.490	135.512		
Investimento	10	101.758	93.571		
Imobilizado	11	27	27		
Intangível	12	76.730	41.938		
Depreciações, amortizações e redução ao valor recuperável	11	(25)	(24)		
Total do ativo		1.058.810	715.098		
<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>					

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Afinz Instituição de Pagamento S.A. ("Afinz" ou "Empresa"), anteriormente Sorocred Meios de Pagamento Ltda e Sorocred Instituição de Pagamento, atua como Emissor de instrumento de pagamento pós-pago e como Credenciador, ou seja, instituição de pagamento que, sem gerar conta de pagamento, habilita usuários finais receptores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por Instituição de Pagamento ou por Instituição Financeira participante de um Meio Arranjo de Pagamento, participando do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor de instrumento de pagamento, de acordo com a regras do Arranjo de Pagamento. Os Instrumentos de Pagamentos de varejo funcionam como alternativa aos instrumentos em papel, sendo caracterizados por meio da transferência de fundos de baixo valor e relacionados às transações de bens e/ou serviços. Para essa finalidade, no Regulamento do Instituidor do Arranjo de Pagamento ("Bandeira") é estipulado um conjunto de regras e procedimentos que disciplinam a prestação de serviço de pagamento ao público por meio das Instituições de Pagamento participantes, inclusive Emissoras e Credenciadoras, aceito por mais de um Estabelecimento Receptor, mediante acesso direto pelos Pagadores Portadores do Instrumento de Pagamento. A Afinz Instituição de Pagamento S.A., é uma sociedade por ações, que foi constituída em 07 de julho de 2008, tendo sua sede social e foro legal na Alameda Mamoré, 535, 5º andar, SCL 500/503 Município de Barueri/SP, podendo criar ou extinguir filiais, agências, escritórios e sucursais em qualquer localidade do território nacional e no exterior. A Empresa tem como objetivo social: a. Instilar arranjos de pagamento próprios, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento a seus clientes; b. A prestação de atividades, no âmbito de arranjos de pagamento aberto ou próprios, quando incluídas, mas não se limitam a prestação dos seguintes serviços de pagamentos: • Disponibilização de pagamento, através, transferência e/ou saque, nos termos dos arranjos de pagamento abertos ou próprios, de recursos mantidos em contas de pagamentos; • Execução ou facilitação de instrução de pagamento relacionada ou não a transações de pagamento relacionadas a determinados serviços de pagamento, inclusive transferência originada ou recebida em uma conta de pagamento; • Gerenciamento de contas de pagamento detidas por pessoas físicas ou jurídicas; • Gestão de uso de moeda eletrônica; • Emissão e personalização de instrumentos de pagamento; • Credenciamento da aceitação de pagamentos de pagamento e do uso de moeda eletrônica, quando aplicável; • Execução de remessa de fundos; • Conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa; • Gestão, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações de pagamento capturadas pelos sistemas da Empresa ou de terceiros; c. Prestar serviços auxiliares aos meios de pagamento em geral, incluindo a terminais eletrônicos ou quaisquer equipamentos para possibilitar a captura, transmissão e processamento de dados relativos às transações de pagamento; • Compar, vender, administrar e fornecer bens móveis próprios ou de terceiros relacionados à atividade de administração de instrumentos de pagamento; • Serviços de atendimento a clientes próprios ou de terceiros, inclusive por via telefônica (call center) ou eletrônica (Internet); • Serviços de fornecimento de rede de informática e infraestrutura, incluindo, mas não limitado a equipamentos e terminais de atendimento para possibilitar a captura, transmissão e processamento e transações de pagamento; • Serviços de informática, Tecnologia da Informação (TI) e processamento de dados, inclusive de assessoria e consultoria técnica, em especial para, mas não se limitando a: (1) gestão de programas motivacionais, de fidelidade, eventos e transações; (2) o gerenciamento e manutenção de cadastro de clientes; (3) elaboração de programas de computadores (software); e (4) manutenção de rede de terceiros; d. Prestar serviços de administração de sistemas, e/ou contratos de convênio, de qualquer natureza, identificação e fidelização, relacionada a vouchers e cartões eletrônicos de qualquer modalidade, incluindo cartão de negócios e cartão de crédito, em emissão própria ou por terceiros, com ou sem função saque; • Benefícios em geral, incluindo, mas não limitados aos segmentos de motivação, incentivos, pro-moções, viagens, lazer, entretenimento, refeição, alimentação, cesta básica, transporte, comunicação e familiares; e. Gestão e administração de pagamentos de responsabilidade em liquidação contratante; • Faturar a execução ativa ou passiva de ordens de pagamento cursadas por termos da instituição contratante ou solicitação de clientes e usuários; e. Faturar a execução e encaminhamento de propostas de operações de crédito de concessão da instituição contratante; f. Prestar serviços de elaboração e manutenção de cadastros e análise de crédito; g. Prestar serviços de representação comercial, franquia e gerenciamento por conta própria ou de terceiros de sociedades nacionais ou estrangeiras de meios de pagamento; h. Prestar serviços de cobrança em geral, em nome próprio ou de terceiros; i. Prestar outros serviços de controle, filiação, sinalização, inclusive processamento de dados, das operações pactuadas com seus clientes e clientes de terceiros; j. Prestar serviços de propaganda, publicidade, assessoria e consultoria; k. Prestar serviços de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, sem especialização definida; l. A Participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, inclusive autorizada pelo Banco Central do Brasil, sem especialização definida; participar, como sócia ou acionista, em outras sociedades nacionais ou estrangeiras cujo objeto social seja relacionado, necessário ou conveniente à consecução do objeto social da Empresa, e a administração de seus próprios bens de renda; e m. Desenvolvimento de outras atividades correlatas, de interesse da Companhia, n. Emitir instrumento de pagamento pós-pago e gerenciar conta de pagamento de usuários final pagador, de tipo pós-pago, e disponibilizar transação de pagamento com base nesse conta e o Prestar serviços de iniciação de transação de pagamento, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil; p. Participação no capital de outras empresas, inclusive autorizadas pelo Banco Central do Brasil; A Afinz Instituição de Pagamento como Emissor, mantém gerência conta de pagamento e disponibiliza estas contas a seus usuários finais pagadores, cujo patrimônio líquido ajustado está em linha com os ditames da circular nº 2.681 de 04/11/2013. A Afinz Instituição de Pagamento possui terceirização de processos e fluxos compartilhados correspondentes a serviços de promoção, backoffice e custos compartilhados de serviços de RH e Jurídico, com o Alphanorma, bem como serviços de suporte técnico de infraestrutura com a SIBnet. Os resultados apresentados pela Companhia estão alinhados com o seu planejamento de longo prazo e são oriundos da reestruturação do modelo de negócios e da fase de investimentos para a operacionalização do Banco Múltiplo. Pode-se destacar o alto volume investido nas seguintes frentes: geração e divulgação da marca, implantação do core banking, pessoal qualificado e investimentos em tecnologia, como os principais. O plano da administração, em andamento prevê a estabilização de seus margens no próximo exercício, baseados nos esforços dedicados ao longo desse ano na melhoria da qualidade de sua carteira de crédito, digitalização do negócio, novos e produtos, serviços e ofertas e principalmente a consolidação de grandes parcerias que alavancam o crescimento de negócios menores de aquisição de clientes. No ano de 2023, grande parte dos investimentos já foram realizados e o negócio está pronto para escalar e rentabilizar a operação. A construção da plataforma tecnológica digital nos últimos três anos permitiu, atualmente, a integração com outros ecossistemas e parceiros estratégicos com nichos e serem explorados e organizados pela constituição de Joint Ventures e contratos de alianças estratégicas, cujo modelo de negócios permite austeridade e impulsionar crescimento sustentável e expansão orgânica, com amplo portfólio de produtos e experiência customizada, fundamentado em escala com qualidade, estrutura enxuta e baixos Custos de Aquisição de Cliente ("CAC"). Foi este cenário de consolidação do negócio em escala que deu origem aos resultados apresentados nos períodos em crescimento do aumento dos níveis das operações, na melhoria nos indicadores operacionais implementadas e a obtenção de fluxos de caixa positivos nos próximos períodos, com base em suas projeções realizadas com premissas gerenciais confiáveis, coerente com as informações contábeis, financeiras, gerenciais e orçamentárias, bem como, apresentar lucro tributável que permita realização dos seus créditos tributários.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram aprovadas para administração no dia 31 de janeiro de 2024. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária (Lei nº 6.404/64) com mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e pelas normas emanadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Em março de 2022 foi publicada a Resolução BCB nº 219, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilização de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para o IFRS 9 e a normalização interna do IFRS 9, em março de 2023 foi publicada a Resolução BCB nº 308 que dispõe sobre procedimentos contábeis que abordam definições de fluxo de caixa futuro de ativos financeiros para pagamento de principal e juro sobre o valor do principal, aplicabilidade de metodologia de apuração de taxa de juro efetiva de instrumentos financeiros e evidenciamento de informações de instrumentos financeiros em notas explicativas às demonstrações financeiras. As Resoluções entram em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Resolução CMN nº 4.918/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceram os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular BACEN nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e emissão de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determina a evidenciamento em nota segregada, dos resultados decorrentes e não decorrentes e não decorrentes. Em aderência ao processo de convergência com a normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emite pronunciamentos relacionados aos processos de Convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém não todos aprovados pelo BACEN. Desta forma a instituição, na elaboração das Demonstrações Financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

Pronunciamento	Resolução
CPQ 02 (RZ) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeira	4.924/21
CPQ 01 (RZ) - Redução ao valor recuperável de ativos	4.924/21
CPQ 02 (RZ) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	4.524/16
CPQ 03 (RZ) - Demonstração dos fluxos de caixa	4.818/20
CPQ 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPQ 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas	4.818/20
CPQ 10 (R1) - Pagamento suscitado em ações	3.989/11
CPQ 23 - Políticas contábeis, base de estimativa e retificação de erro	4.924/21
CPQ 24 - Evento subsequente	4.818/20
CPQ 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	3.823/09
CPQ 27 - Ativo imobilizado	4.535/16
CPQ 33 (R1) - Benefícios e empregados	4.877/20
CPQ 41 - Resultado por ação	4.818/20
CPQ 46 - Mensuração do valor justo	4.924/21
CPQ 47 - Redução de Contrato com Cliente	4.924/21

Mudança funcional da base de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais netos, que é a moeda funcional da Empresa, todos os saldos apresentados em Reais netos

AFINZ INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. (atual denominação da Sorocred Instituição de Pagamento S.A.)

CNPJ/MF nº 60.114.865/0001-00

Relatório da Administração

Receita	
R\$ 205MM	
2023	23 vs. 22
2023m	175m ▲17%

Lucro Líquido	
R\$ 16MM	
2023	23 vs. 22
16m	-71m ▲123%

A AIP apresentou expansão em sua carteira, associado aos investimentos tecnológicos realizados, melhoria contínua de processo e, principalmente, em pessoas, foi refletida no aumento de receitas e retomada dos Lucros. Continuamos na construção da geração de valor e trabalhando para oferecer a melhor experiência aos nossos clientes.

Riscos e Controles Internos: O gerenciamento de riscos e de capital está integrado na

Instituição, com estruturas alinhadas à natureza das operações e em conformidade com as melhores práticas. Esse enfoque garante a continuidade dos negócios por meio de processos, sistemas e controles eficazes, para gerar e expor a exposição aos riscos. A área de Riscos, Capital e Controles Internos atua de maneira independente, mantendo-se comprometida com observância aos requisitos regulatórios e seguindo as diretrizes, políticas, limites e apetite a riscos estabelecidos pela Alta Administração, garantindo o necessário alinhamento na criação e preservação do valor econômico da Instituição.

Governança Corporativa: A AIP adota política de governança corporativa que se fundamenta em práticas de mercado e se estende por toda a Instituição, baseadas em princípios de ética, transparência, respeito e qualidade nas interações com clientes, parceiros, fornecedores e colaboradores. Nosso foco constante está na contínua melhoria do aprimoramento da gestão, respaldada nas diretrizes e estratégias definidas pela Alta Administração.

Auditor Independente: A Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras da AIP para o exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2023. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos: Agradecemos a confiança de nossos acionistas, os nossos parceiros, estratégicos, nossos clientes e a dedicação de nossos colaboradores.

Demonstração do Resultado – Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023

Demonstração do Resultado – Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)					
	Notas	2023	2023	2022	2022
Receita		8.880	9.334	5.603	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		659	1.113	5.603	
Reversão de Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		8.221	8.221	-	
Despesas da Intermediação Financeira		(317)	(503)	(15.539)	
Despesas da Intermediação Financeira		(190)	(376)	(2.329)	
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(127)	(127)	(15.210)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		8.563	8.831	(9.936)	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		20.555	22.171	(69.265)	
Despesas Financeiras		(7.329)	(14.926)	(12.235)	
Receitas de Prestação de Serviços		17	86.377	147.640	
Despesas Tributárias		17,1	(7.445)	(11.338)	(11.492)
Custo dos Serviços Prestados		18	(29.074)	(70.928)	(90.909)
Despesas de Pessoal		(1.639)	(3.387)	(3.330)	
Outras Despesas Administrativas		19	(18.960)	(45.465)	(65.249)
Resultado de Investimentos em Coligadas e Controladas		(8.634)	(11.813)	(54.477)	
Outras Receitas Operacionais		21	21.067	23.847	27.811
Outras Despesas Operacionais		21	(12.808)	(16.858)	(6.573)
Resultado Operacional		29.118	31.002	(79.197)	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		29.118	31.002	(79.197)	
Imposto de Renda e Contribuição Social		(12.990)	(14.835)	8.076	
Provisão para Imposto de Renda		22	(6.092)	(7.445)	5.938
Provisão para Contribuição Social		22	(2.197)	(4.703)	2.138
Outros créditos tributários		22	4.701	4.701	-
Lucro/Prejuízo líquido do semestre		16.128	16.167	(71.121)	
Lucro/Prejuízo líquido por ação – em R\$		0,08	0,09	(0,68)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Lucro/Prejuízo líquido do semestre/exercício	16.128	16.167	(71.121)

Outros Resultados Abrangentes que serão classificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas

Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido

Total do resultado abrangido do semestre 16.128 16.167 (71.121)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Lucro/Prejuízo líquido do semestre/exercício	16.128	16.167	(71.121)

Outros Resultados Abrangentes que serão classificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas

Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido

Total do resultado abrangido do semestre 16.128 16.167 (71.121)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas de ajuste a valor justo foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgadas por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modificações em precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todos devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor justo também considera o risco de crédito do emissor (ajuste de spread de crédito). Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação, conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.924/21 o valor de mercado dos Ativos e Passivos a empresa classifica as mensurações ao valor de mercado segundo a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos: Nível 1: Determinados ativos com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados os títulos negociados no mercado ativo (CDB). Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual os variáveis usados incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, por Títulos em um mercado menos líquidos do que aqueles classificados no nível 1 (RDB). Nível 3: São derivativos de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, a Empresa utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando determinar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. A Empresa não possui ativos e passivos financeiros avaliados ao valor justo que tenham sido classificados nesse nível de hierarquia de valor justo em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

3.1. Resultados Recorrentes/ Não Recorrentes: A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do período aquele que: i- não esteja relacionado ao estajo relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii- não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa nº 2.4. **3.2. Operações de Venda ou Transf. de Ativos Financeiros:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa nº 2.4. **4. Disponibilidades:** Dependentes em contas correntes – país 8.833 7.792 Dependentes em contas correntes – exterior 183 265 Total 9.016 8.057

		31/12/2023	31/12/2022
5. Títulos e valores mobiliários			
Valor	Marca	Valor	Marca
Venci- do ano	cão a	Venci- do ano	cão a
Costo	Justo Mercado	Costo	Justo Mercado
Livres		Livres	
Banco AFINZ – CDB	10/06/2026	11.118	1.118
Bradesco S/A – CDB	28/12/2023	36	36
Total		11.154	11.112

Commissões: As comissões pagas antecipadamente são apropriadas mensalmente, segundo o regime de competência. e **Operações de Venda ou Transf. de Ativos Financeiros:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade. Substancialmente nas transferências realizadas todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos para uma entidade, e os ativos são baixados do Balanço. **3.4. Ativos não circulantes - a. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, sistemas de comunicações e instalações – 10% e sistemas de processamento de dados e equipamentos e impressoras – 25%. **b. Intangível:** O ativo intangível compreende os direitos de titularidade e o uso de bens incorpóreos destinados à manutenção do exercício com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a softwares. A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é iniciante sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para o uso. A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. e **Redução do valor recuperável de ativos não circulantes (teste de impairment):** De acordo com a Resolução Técnica CPQ 01, a aplicação da Resolução CMN nº 3.566/08, e reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Na avaliação da Administração não houve indícios de perda por impairment no semestre findo em 30 de junho de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **3.5. Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas mensais, como: a) **Impairment:** De acordo com a Resolução Técnica CPQ 01, a aplicação da Resolução CMN nº 3.566/08, e reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Na avaliação da Administração não houve indícios de perda por impairment no semestre findo em 30 de junho de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

		31/12/2023	31/12/2022
6. Relações Interfinanceiras			
Visa a Receber (I)		83.785	15.058
Mastercard a Receber		15.610	19.012

AFINZ INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. (atual denominação da Sorocred Instituição de Pagamento S.A.) - CNPJ/MF nº 60.114.865/0001-00												
Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)						2023			2022			
						2º Semestre		Exercício		Exercício		
(iii) Referem-se:						31/12/2023	31/12/2022					
Ao registro de transações de parcelado (a)						-	207.167					
Repasse de valores (b)						205.738	68.021					
Processamento de cartões						22.398	23.997					
Antecipação aos lojistas						4.208	21.891					
Prestações de serviços de parcerias						616	59.771					
Concessionárias de serviços públicos						-	2.965					
Custo de aquisição e comissões						-	21.246					
Outros						2.317	4.895					
Total						235.277	409.953					
(a) Referem-se a estoque de transações de compras parceladas sem juros.												
(b) Valores a repassar referentes liquidações com a bandeira VISA.												
15.3. Provisão para Contingências: Durante o curso normal de seus negócios, a Instituição está exposta a certas contingências e certos riscos. A provisão para contingências é estabelecida por valores atualizados, para questões cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as contingências provisionadas estão relacionadas aos processos cíveis, e são demonstradas a seguir:												
Descrição						31/12/2023	31/12/2022					
Processos cíveis						29	10					
Fraude de Subscrição						10	10					
Restrição de Crédito – negatização						19	-					
Tributário/Fiscal – ISSQN						699	403					
Total						728	413					
* Perda Possível: São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados. As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$ 249 mil e as ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$292 mil na AIP. A movimentação da provisão para demandas judiciais no balanço patrimonial e o seu correspondente efeito no resultado do período, pode ser assim demonstrado:												
Descrição						31/12/2023	31/12/2022					
Saldo inicial						413	138					
(+/-) Provisões/realizações						315	275					
(=) Saldo final						728	413					
16. Patrimônio líquido - 16.1. Capital Social: O Capital social, de R\$ 190.053.679 é representado por 190.053.679 ações ordinárias em dezembro de 2023 (R\$ 105.053 é representado por 105.053.000 ações ordinárias em 12/2022), nominativas sem valor nominal. Houve um aumento de R\$ 65.000 no segundo semestre de 2023 e R\$ 25.000 no primeiro semestre de 2022. 16.2. Reserva Legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do período, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Há um saldo de R\$ 1.700 em dezembro de 2023 e dezembro de 2022.												
17. Receita de Prestação de Serviços												
						2023	2022					
						2º Semestre	Exercício	Exercício				
Anuidade de Cartão de Crédito						35.930	74.877	91.008				
Comissão s/ seguro Você Bem - TEM						-	16.433	14.360				
Comissão Intercâmbio - Visa						17.921	33.346	24.935				
Tarifa de Cadastro - Cartão de Crédito						13.386	13.266	-				
Tarifa limite extra						9.693	17.196	6.725				
Receitas de antecipação						5.967	9.753	3.289				
Rendas por serviços de pagamentos						2.822	5.473	1.949				
Serviços de intermediação (a)						30	861	3.364				
Tarifa ordem de pagamento (b)						43	132	696				
Tarifa de conectividade (c)						16	57	345				
Tarifa de consultas SPC/Serasa						-	12	128				
Tarifa de prestação de serviço de antecipação (d)						2	8	13				
Comissão por vendas de seguros						-	-	44				
Diversas						547	1.103	784				
Total						86.377	172.637	147.640				
(a) Referem-se a receita com a prestação de serviços referente à intermediação das transações de pagamento ocorridas entre e lojistas e emissores. (b) Tarifa de ordem de pagamento é uma tarifa cobrada para liquidar o pagamento do lojista. (c) Tarifa de conectividade (TAC) é uma tarifa cobrada do lojista anualmente, descontada da agenda futura a receber. (d) Tarifa cobrada pelo movimento de antecipação												
17.1. Despesas Tributárias												
						2023	2022					
						2º Semestre	Exercício	Exercício				
Impostos sobre receitas												
COFINS						(4.399)	(6.272)	(7.103)				
Despesas municipais						(1.584)	(3.202)	(2.868)				
PIS						(948)	(1.350)	(1.520)				
IOF						(510)	(510)	-				
Despesas federais						(4)	(4)	-				
Despesas estaduais						-	-	(1)				
Total						(7.445)	(11.338)	(11.492)				
18. Custos dos serviços prestados												
						2023	2022					
						2º Semestre	Exercício	Exercício				
Aluguel de equipamento processamento de dados						(4.052)	(14.648)	(8.845)				
Disp. de serviços prestados - Alphamoney						(12.170)	(22.345)	(36.012)				
Disp. de serv. de terceiros - pessoa jurídica						(10.179)	(19.056)	(22.912)				
Comissões Le Biscuit (b)						-	(2.002)	(6.266)				
FEE Collection - Visa (a)						-	(6.998)	(11.136)				
Disp. de serv. de terceiros - pessoa jurídica - outros						(1.582)	(3.647)	(3.296)				
Disp. desenvolvimento e manutenção de sistemas						(867)	(1.574)	(1.677)				
Disp. proc. de dados - execução de serviços						(178)	(392)	(478)				
Tarifa de processamento da bandeira						-	(186)	(215)				
Despesas bancárias						-	(14)	(43)				
Certificado Digital						(2)	(4)	(3)				
Disp. processamento de dados						-	-	(16)				
Pessoal especializado						(24)	(62)	(10)				
Total						(29.074)	(70.928)	(90.989)				
(a) Referem-se a despesas com a bandeira Visa.												
(b) Referem-se a despesa com parceria.												
19. Outras despesas administrativas												
						2023	2022					
						2º Semestre	Exercício	Exercício				
Despesa de serviços de operação de crédito Banco (a)						(8.510)	(20.640)	(29.379)				
Despesas Bancárias (b)						(7.341)	(16.253)	(26.005)				
Outras despesas administrativas						(1.910)	(3.919)	(4.466)				
Comunicações						(568)	(1.198)	(1.727)				
Serviços especializados (c)						(495)	(994)	(1.256)				
Bônus						(563)	(563)	(388)				
IOF						-	(362)	(998)				
Contribuição associativa						(248)	(483)	(544)				
Diretoria e Conselho de Administração						(160)	(346)	(324)				
Tarifa de Processamento da Bandeira						(101)	(101)	-				
Aluguéis						(39)	(74)	(61)				
Viagens e estadias						(1)	(19)	(28)				
Serviços de terceiros						(4)	(10)	(10)				
Depreciação e amortização						-	(1)	(2)				
Outras provisões						-	-	(12)				
Total						(19.960)	(45.063)	(65.200)				
(a) Referem-se a tarifas de concessão de crédito. (b) Referem-se a tarifas de cobrança. (c) Referem-se a Serviços de Pesquisa e Desenvolvimento de Software.												
A DIRETORIA						Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras						
A administração e acionistas da						da administração, realização dos ativos de créditos tributários, manutenção dos requerimentos de capital e crescimento das operações. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao semestre e exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores, que emitiram os relatórios de auditoria sem modificação de opinião em 08 de maio de 2023, com ênfase similar a apresentada no tópico acima. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreende o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras: A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não expressa qualquer forma de garantia razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro, mas são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento						
A DIRETORIA						CONTADOR: Newton Perez - CRC SP - 163082/0-8						

sições ativas e passivas. A Administração da Instituição para o processo de riscos é norteadada pela Política de Risco que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Essa política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17. A definição dos limites e da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria. A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descausamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal. No exercício e semestres findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Instituição considerou como aceitável a exposição dos riscos e não contrabateu operações com instrumentos financeiros derivativos. **21. Índice de Riscos (Básico) e Limites Operacionais:** A Instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido, requeridos pela Resolução nº 2.099/1994 do Banco Central do Brasil (Bacen), que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia III), cuja aplicação do patrimônio líquido de referência e do patrimonial de referência exigido foi alterada pelas Resoluções nºs 3.444/2007 e 3.490/2007 do Banco Central do Brasil (Bacen), com a publicação da Resolução Bacen nº 200, ficou estabelecido, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados da parcela ACP Conservação de que trata a Resolução nº 4.193/2013. Além destes requisitos, a Instituição também adere às novas disposições trazidas pela Resolução BCB nº 197, de 11 de março de 2022, que entrou em vigor em 1º de julho de 2023, classificando o conglomerado prudencial que contém ao menos uma instituição de serviço de pagamento, como Tipo 3. Esse conglomerado é caracterizado por ter uma instituição líder de pagamento e por integrar instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sujeitas à Lei nº 4.595 ou à Lei nº 10.194. Segue-se a Resolução BCB nº 199, que detalha a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) para conglomerados prudenciais classificados como Tipo 3, e a Resolução BCB nº 200, que define os requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, além do Adicional de Capital Principal para conglomerados do Tipo 3. A Resolução BCB nº 202 estabelece a fórmula para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa aos riscos associados a serviços de pagamento (RWAasp). Por sua vez, a Resolução BCB nº 229 estabelece os procedimentos para o cálculo da RWA referente às exposições ao risco de crédito, através de uma abordagem padronizada (RWAcpd). Adicionalmente, a Resolução BCB nº 265 dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, assim como sobre a divulgação de informações para conglomerados do Tipo 3 enquadrados nos Segmentos 2 (S2), 3 (S3), ou 4 (S4). Finalmente, a Resolução BCB nº 266 prescreve os procedimentos para o cálculo das RWAs, do adicional Contracíclico de Capital Principal (ACPContracíclico) e do capital para cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos financeiros da carteira bancária (IRRBb), aplicáveis ao conglomerado do Tipo 3. Dessa forma, a Instituição reafirma seu compromisso com a conformidade regulatória, incorporando as atualizações normativas que visam fortalecer sua estrutura de capital e aprimorar o gerenciamento de riscos, em linha com os padrões internacionais estabelecidos pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária.

	01/07/2023	2024	2025
Capital principal	4.50%	4.50%	4.50%
Nível I	5.50%	6.00%	6.00%
Capital total	6.75%	7.50%	8.00%
Adicional de capital (1)	0.00%	1.25%	2.50%
Colchão de conservação (2)	0.00%	1.25%	2.50%
Colchão anticíclico (de zero até)	0.00%	0.00%	0.00%
Capital principal com adicional	4.50%	5.75%	7.00%
Nível I com adicional	5.00%	7.25%	8.50%
Capital total com adicional	6.75%	8.75%	10.50%
Deduções dos ajustes prudenciais	30.00%	60.00%	100.00%

(1) Considerando o limite superior (exigibilidade máxima), por conservadorismo. (2) Limite inferior (exigibilidade mínima) Resolução nº 4.958. Dentro deste contexto regulamentar em que a Instituição está inserida, deve-se manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados por fatores, que variam de 0% a 300%, e um índice mínimo de 8.0% de patrimônio, em relação aos ativos ponderados pelo risco.

Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II) (a) **94.585** **51.616**

Exposições ao Risco **71.283** **37.728**

Parcela Exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad) 13.799 7.392

Parcela Exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAjmr) - 18

Parcela Exigida para cobertura do Risco de Serv. Pagamentos (RWAasp) 799 -

Parcela Exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpd) 56.685 30.318

Patrimônio de Referência Exigido (b) **71.283** **37.728**

Margem sobre PR (a-b) **23.202** **2.038**

Índice de Basileia (PR/RWA)*100 **8,96%** **10,95%**

25. Resultados Recorrentes e Não Recorrentes: Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, a AFINZ Instituição de Pagamento S.A. ("SIP" ou "Empresa") considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captativas), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades da Empresa. Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possam baixa probabilidade de ocorrência em períodos consecutivos. Para o exercício e semestre findos de dezembro de 2023 não foram observados resultados não recorrentes.

26. Revisão do plano de negócio e reforço de capital. No primeiro semestre de 2023, houve um aumento significativo do capital social da empresa em R\$ 20.000.000, por meio da emissão de 20.000.000 de ações ordinárias, refletindo uma forte injeção de recursos por parte dos controladores. Esse movimento é estratégico para suportar as iniciativas de expansão e consolidação da empresa no mercado financeiro e de pagamentos. **Implantação do Novo Core Banking:** A partir de julho de 2023, com a execução do novo Core Banking, espera-se um canal com custos reduzidos e impacto positivo nos resultados da empresa, evidenciando um avanço tecnológico significativo na oferta de contas transacionais para pessoas físicas e jurídicas. Esse avanço é parte de uma reestruturação mais ampla do modelo de negócios e enfatiza o compromisso da empresa com a inovação e a eficiência operacional. **Investimentos em Tecnologia e Qualidade:** A empresa destacou investimentos substanciais em tecnologia, marca, pessoal qualificado e a implantação do core bancário como fundamentais para seu crescimento. Essas frentes são essenciais para sustentar a expansão e melhorar a qualidade da carteira de crédito, bem como para promover a digitalização e a oferta de novos produtos e serviços. **Parcerias Estratégicas e Crescimento Sustentável:** A AFINZ tem se concentrado na construção de parcerias estratégicas e na integração com outros ecossistemas, o que é fundamental para um crescimento sustentável e a expansão de seu portfólio de produtos. A abordagem da empresa para criar uma experiência personalizada e de alta qualidade para os clientes, juntamente com uma estrutura enxuta e baixos custos de aquisição de clientes (CAC), é um diferencial competitivo importante. **Novo Estudo de Plano de Negócios:** O novo estudo reafirma o compromisso da empresa com a inovação e o crescimento a longo prazo, destacando a importância da cultura organizacional, do engajamento dos executivos e dos investimentos em tecnologia. A plataforma tecnológica da AFINZ, apoiada por importantes provedores de serviços, é projetada para ser flexível e adaptável, permitindo a empresa escalar suas operações e expandir seu alcance no mercado. **Projeções e Estratégias Futuras:** As projeções financeiras e as metas de crescimento para os próximos anos indicam uma trajetória positiva, com expectativas de lucro líquido significativo e um forte índice de Basileia. A empresa também destaca a importância de um plano de capital bem estruturado, considerando cenários conservadores e potenciais estresses de mercado, para assegurar a sustentabilidade financeira a longo prazo. **Fontes de Captação e Investimentos:** As principais fontes de captação da instituição, bem como as estratégias para diversificar a carteira de investimentos, incluindo a emissão de debêntures e a busca por investidores qualificados, refletem uma abordagem prudente e estratégica para financiar suas operações e projetos de expansão. O plano de negócio e reforço de capital demonstra um planejamento robusto e uma visão estratégica clara da AFINZ Instituição de Pagamento S.A. e do Banco Afinz, com foco em crescimento sustentável, inovação tecnológica e fortalecimento de parcerias estratégicas. A AFINZ está bem-positionada para enfrentar os desafios de mercado e capitalizar oportunidades futuras, com uma base sólida de capital e uma estratégia de negócios bem definida.

27. Eventos subsequentes: Venda de Ativos Intangíveis: Informamos evento subsequente relevante referente à venda a prazo dos ativos intangíveis para a S@Net Soluções e Serviços de Tecnologia Ltda., no valor total de R\$76.727.059,16 em 02/01/2024. A transferência dos ativos foi efetuada em 02/01/2024, e os pagamentos serão realizados pela S@Net Soluções e Serviços de Tecnologia Ltda., em 60 meses, com um período de carência de 1 ano, com correção das parcelas com custo de captação 125% do CDI.

dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

Grant Thornton
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/0-1

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/0-1



Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a Infraestrutura
da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁ